8	81
Livro	Folhas

Acta da sessão ordinária realizada dia 17 de Dezembro de 2010

Aos dezassete dias do mês de Dezembro, do ano dois mil e dez, pelas vinte horas e cinquenta e cinco minutos, reuniu-se a Assembleia Municipal de Almodôvar, em **Sessão Ordinária**, na sala das sessões, no edifício-sede dos Paços do Município, sob a Presidência de **Francisco Lourenço Teixeira** e secretariada por **Dina Guerreiro Cavaco** (1.º secretária) e **Maria Filomena M. Guerreiro** (2.ª secretária), em cumprimento do preceituado no artigo 49.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -

Encontravam-se presentes no início da sessão, os seguintes membros:

Eleitos pelo PSD: **Os membros da Mesa mencionados, Duarte Manuel P. Rodrigues, Vítor Libânio Afonso, Celeste C. Rosário Sebastião, Manuel Afonso dos Santos, Sónia C. Espírito Santo, Silvino Encarnação Romana bem como os Presidentes de Junta de Freguesia Ricardo A. Monteiro Colaço (Almodôvar), Sérgio Manuel Palma (S. Barnabé), Rui Manuel G. Palma (Graça dos Padrões), Francisco Gonçalves da Luz (Rosário), António José M. Francisco (Aldeia dos Fernandes), João Carlos Rodrigues (Santa Cruz) e João Manuel Paleta (Santa Clara-a-Nova);** ----------

Eleitos pelo PS: **José Manuel C. Lança, António M. F. Espírito Santo, Noémia Maria U. Pinheiro, José Eduardo P. Brites e o Presidente de Junta de Freguesia Manuel da Silva (Gomes Aires);** ----

Pediram a suspensão de mandato, nos termos do art.º78º da Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, o membro eleito pelo PS **Nuno Manuel D. Pereira** por 4 dias e o membro eleito pelo BE **José Gonçalo M. Colaço,** por 50 dias, tendo as vagas sido preenchidas, nos termos da lei, respectivamente pelos membros suplentes dos seus partidos, **Fernando Manuel da Graça Romba** e **António Manuel M. Guerreiro**. ----------

Estiveram ainda presentes na sessão o Presidente da Câmara **António J.M. Rosário Sebastião** (PSD) e os Vereadores **João António V. S. R. Palma** (PSD) e **Sílvia Felícia Baptista** (PSD). ----------

Faltaram a esta sessão os Vereadores Eleitos pelo PS **João Manuel L. Saleiro** e **Fernando Teixeira Guerreiro**. ----------

Da presente sessão constou a seguinte **ORDEM DO DIA**: ----------

A – PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

A.1. - Votação da acta nº.8 do mandato 2009/2013; ----------

A.2. - Leitura de expediente; ----------

Mod. 752 (Esp.) – Gráfinal-Águeda

A.3. – Intervenções. ----------

B – PERÍODO DA ORDEM DO DIA ----------

B.1. Apreciação e deliberação da Proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2011 e conhecimento da actualização das Taxas e Outras Receitas Municipais; ----------

B.2. Apreciação e deliberação dos protocolos a celebrar com as Juntas de freguesia; ----------

B.3. Apreciação e deliberação sobre o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais e respectivo Organigrama; ----------

B.4. Apreciação e deliberação do Mapa de Pessoal para o ano de 2011; ----------

B.5. Apreciação e deliberação da alteração por adaptação do Plano Director Municipal de Almodôvar ao Plano Regional de Ordenamento do território do Alentejo, nos termos do artigo 97º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 181/2009, de 7 de Agosto; ----------

B.6. Apreciação e deliberação sobre a desafectação de uma parcela de terreno do domínio público para o domínio privado municipal; ----------

B.7. Designação pela Assembleia de um membro para integrar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco; ----------

B.8. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Educação, de acordo com o disposto na alínea d9 do n.º1 do artigo 5.º da Lei n.º 41/2003, de 22 de Agosto, que alterou o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro; ----------

B.9. - Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal relativa às actividades municipais mais relevantes e situação financeira nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro; ----------

B.10. Aprovação da acta em minuta. ----------

C – PERIODO APÓS A ORDEM DO DIA ----------

C.1. Intervenção dos Munícipes *(Nos termos do n.º 6, do artº 84.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro);* ----------

A – PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA----------

8	83
Livro	Folhas

O **Sr. Presidente da Assembleia** comunicou que o Sr. José Gonçalo M. Colaço apresentou um pedido de suspensão de mandato por 50 dias, com efeito a partir de 23 de Novembro por razões de assistência à família. Em consequência foi convocado para preencher a vaga o Sr. António José M. Guerreiro o qual comunicou que se encontraria ausente no estrangeiro nessa data.Pelo facto, foi convocada o elemento seguinte na lista de candidaturas, a Sr.ª D. Maria de Fátima Martins, a qual comunicou em 15 de Dezembro não poder aceitar o preenchimento da vaga.O elemento seguinte na lista não chegou a ser convocado, por não se dispor da sua morada. Entretanto, nesse mesmo dia, o Sr. António José M. Guerreiro comunicou ao Sr. Presidente da Assembleia que, tendo entretanto regressado do estrangeiro, estava disponível para preencher a vaga do membro efectivo, que o Presidente aceitou e a Assembleia ratificou.----------

A.1. VOTAÇÃO DA ACTA Nº 8 DO MANDATO 2009/2013; ----------

Não havendo intervenções procedeu-se à votação da **Acta nº 8**, da sessão da Assembleia, de 27 de Setembro de 2010, que foi aprovada por **maioria** com 17 votos a favor (16 PSD e 1 PS), 5 votos contra (PS) e 1 abstenção (BE). ----------

O **Sr. José da Lança** justificou verbalmente o seu sentido de voto contra, dizendo que o contexto da acta não reflectia o que se passara na sessão. -----

O **Sr. José Brites** apresentou uma "declaração de voto pessoal" contra a acta, **(Anexo I),** por as declarações de voto por si apresentadas não estarem transcritas na acta e apenas serem mencionadas como anexos à mesma, bem como por não estar integralmente reproduzido na acta uma parte de uma intervençao do Presidente da Câmara, sobre um assunto por si apresentado. ----------

A.2. LEITURA DE EXPEDIENTE; ----------

O **Sr. Presidente da Assembleia,** mencionou a correspondência recebida desde a última sessão, cuja relação foi enviada a todos os membros, destacando a mais relevante, a qual pode ser consultada junto do Nucleo de Apoio à Assembleia.----------

A.3. INTERVENÇÕES; ----------

Dando-se início ao período de intervenções a Sr.ª **Dr.ª Noémia Pinheiro (PS),** usando da palavra, referiu que as aulas de música que decorrem numa sala do Centro Coordenador de Transportes não dispõem de todas as condições para o seu bom funcionamento e informando da falta de algum equipamento básico. ----------

Mod. 752 (Esp.) – Gráfica Águeda

O **Sr. Presidente da Assembleia,** face ao teor da intervenção, solicitou aos membros inscritos que as questões a apresentar, relacionadas com a actividade da Câmara, fossem colocados no ponto da Ordem do Dia, "B.9 - Informação do Presidente da Câmara e actividades municipais", onde ficariam melhor contextualizados, facilitando a resposta do Presidente da Câmara e obviamente o andamento da sessão, o que foi aceite.----------

O **Sr. António Guerreiro (BE)** apresentou uma declaração política que depois de lida entregou na Mesa (**anexo II),** na qual se refere à decisão do Municipio de Évora, em reunião do seu Executivo, de suspender a partir de Janeiro de 2011 a concessão do fornecimento de água pela empresa Àguas do Centro Alentejo. Nessa declaração, o BE descreve as parcerias realizadas entre vários municipios do Alentejo e a AdP-Águas de Portugal, que deu origem às empresas que fazem a gestão do fornecimento de água: Àguas do Centro Alentejo abrangendo Évora e outros cinco concelhos do Alto Alentejo e Águas Públicas do Alentejo, mais a sul, abrangendo 21 municipios do Baixo e Alto Alentejo, interrogando-se também sobre os objectivos do modelo em funcionamento, no que respeita a uma eventual privatização da água e ao controlo do preço sobre o seu fornecimento os quais, em seu entender, podem entrar em confronto com uma relação qualidade-preço da água respeitadora de critérios de justiça social e ambiental.----------

B – PERIODO DA ORDEM DO DIA ----------

B.1. - APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2011 E CONHECIMENTO DA ACTUALIZAÇÃO DAS TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS (ANEXO III) ----------

O **Sr. Presidente da Assembleia** solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que apresentasse a proposta **proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2011,** em análise. ----------

O **Sr. Presidente da Câmara** começou por dizer que os documentos em discussão seguem as mesmas orientações estratégicas das do ano de 2010, tendo havido a preocupação de os adequar à realidade que se avizinha para 2011. Nessas orientações sobressaiem as preocupações com o desenvolvimento económico, assente no mundo rural e na valorização dos produtos endógenos como alavanca desse desenvolvimento, no aproveitamento e divulgação do nosso património paisagístico, monumental e ambiental, da nossa identidade e de algum turismo rural já existente; numa preocupação também muito grande com a área social e as dificuldades anunciadas, obrigando a uma maior afectação de recursos para dar resposta a ajudas que se venham a revelar necessárias a famílias do concelho desempregadas e em situações de carência, o que a seu ver, constitui um paradoxo, num ano em que a Câmara disporá de menos meios financeiros

8	85
Livro	Folhas

para acorrer a essas situações com a redução das receitas impostas pelo Governo e ainda manter os apoios na área da Educação que têm vindo a ser proporcionados nos ultimos anos, no âmbito escolar. ----------

Afirmou que para manter aquelas orientações e face à redução das transferências do Estado para as autarquias, de cerca de 800 mil euros em Almodòvar, reduzindo as suas receitas quando se antevêem novos desafios decorrentes de uma situação de estagnação económica e da perspectiva de uma recessão, se se terá de reforçar a rigorosa politica de contenção de despesas que tem vindo a ser adoptada ao longo dos ultimos anos e que agora terá de ser ainda mais apertada. Em simultâneo houve que se proceder a uma redefinição das prioridades de investimento, para que estes possam continuar a ser lançados, tendo em atençao captar e usufruir ao máximo dos financiamentos comunitários, para os quais é necessário dispor da contrapartida nacional exigida, o que está ao alcance do município face à sua estabilidade financeira e capacidade de endividamento.----------

Em resumo, as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011 assentam em três pilares fundamentais: O desenvolvimento do mundo rural e o aproveitamento dos produtos endógenos; dar uma atenção especial à área Social e à Educação e por fim um grande controlo na despesa e uma clara definição das prioridades que proporcione um máximo aproveitamento dos financiamentos comunitários. ----------

O **Sr. Presidente da Assembleia**, antes de dar a palavra aos oradores inscritos, ouviu o Sr. **António José M. Guerreiro (BE)** que manifestou vontade,não de fazer propriamente uma intervenção mas uma declaração de voto sobre as GOP e o Orçamento, pelo que perguntava qual era o momento mais adequado para o fazer.----------

O Sr. **Presidente da Assembleia** aproveitou para esclarecer que se a sua declaração de voto correspondia a uma apresentação dos motivos que justificam o voto que irá fazer, então era preferível que fossem conhecidos pela assembleia antes da votação, para que possam ser discutidos e contraditados no plenário, enriquecendo e aprofundando desse modo o debate e a tomada da decisão.Uma declaração de voto, no seu verdadeiro sentido, deve ser usada como excepção e não como regra, como nesta Assembleia acontece com alguma frequência----------

Face a esta sugestão o membro **António José Guerreiro (BE)** aceitou-a e inscreveu-se em seguida para o debate.----------

Deu então a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. **José Brites (PS)** que leu um documento (anexo IV) em que questiona o Presidente da Câmara sobre a alteração de verbas consignadas em projectos plurianuais, afectando eventualmente a sua prioridade, constantes no PPI e Orçamentos de 2010 e 2011 e relativas aos projectos de construção do armazém, oficinas municipais e área social, da escola EB1 do Rosário e Jardim de Infância, da revisão do PDM, da construção do Parque de Campismo, da sinalização no concelho,

Mod. 752 (Esp.) – Ordinal-Agueda

da electrificação rural, da remodelação do Cineteatro e da requalificação do Mercado Municipal. ----------

O **Sr. José Lança (PS)** fazendo uma análise ao Orçamento referiu que peca a nível da Acção Social, pois em 2011 deverá haver mais pedidos de ajuda à Câmara por parte de pessoas em dificuldades. Acrescentou que, das propostas apresentadas pelo PS no âmbito do direito de oposição, apenas uma foi incluída, que foi a da criação de um Fundo Social de Emergência cujo valor, no seu ponto de vista é baixo, devendo retirar-se verbas de outras despesas não prioritárias, afectando-as àquela área. Mesmo assim não deixou de se congratular com a medida. Referiu-se em seguida ao problema das infra-estruturas de saneamento que apresentam na vila de Almodôvar alguns aspectos graves, apesar de se estar no terceiro mandato deste Executivo. Apontou o exemplo da ETAR que não funciona e, fazendo referência à intervenção do membro António Guerreiro (BE) que disse que a empresa Águas de Portugal está em situação de falência, perguntou como é que se irá resolver o abastecimento de água em Almodôvar. ----------

Depois sobre a criação de um Centro de Convívio sénior em Almodôvar disse que seria um espaço onde os mais idosos pudessem ocupar os tempos livres em vez de estarem sentados nos bancos da Praça muitas vezes ao frio e à chuva, projecto que não foi acolhido o que lamentou. ----------

Sugeriu em seguida que no Centro Histórico da vila se substituisse o asfalto por calçada, de maneira a valorizar o espaço. ----------

Prosseguiu, dizendo que a análise a este Orçamento é difícil porque primeiramente deveria ser feito um controle sobre a execução do de 2010, controle esse para verificar os desvios sobre o que não foi concluído pois não faz sentido estar a cabimentar novas obras para irem passando de uns anos para os outros, acabando por não ser concretizadas. Disse ainda que não se devem colocar números irrealistas no Orçamento mas apenas o que se consegue realizar, pois as obras que estão agendadas são de grande dimensão e de certeza absoluta que não irão ser concluídas, sendo transferidas para o ano seguinte, como tem sido hábito.----------

Voltou a referir que este Orçamento deveria assentar mais na Acção Social, no sector económico, na habitação social e maior apoio às Juntas de Freguesia.Sobre os produtos endógenos disse que há muito tempo que se fala e se faz a promoção dos mesmos, sem que a seu ver, mas admitindo estar errado, se note retorno desse investimento,em termos de empresas e criação de emprego concluindo que se estará hoje a decidir mal o dia de amanhã. ----------

O Sr. Duarte Rodrigues (PSD), começou por referir que o Orçamento para 2011 revela a política de realismo dos anos anteriores, agora ainda mais acentuada, depois dos cortes verificados em 2010 e para 2011, de cerca de 800 mil euros, num orçamento anual que não ultrapassa os 16 milhões de euros.Continuou, afirmando que este orçamento, sendo um

orçamento de rigor,não descura, porém, os investimentos em infraestruturas que ainda são necessárias para o concelho, onde se prevê investir em 2011 cerca de 5 milhões de euros, esperando que se mantenham nos anos seguintes valores desta ordem e que o Executivo consiga captar todos os fundos e comparticipações comunitárias possíveis.----------

Salientou entre os diversos investimentos que espera sejam lançados este ano e alguns mesmo concluidos, as redes de agua e esgotos na Cumeada e Azinhal, as estradas municipais em S. Barnabé, a pavimentação das ruas ns Corvatos e Corte Figueira Mendonça, Almeijoafra e Monte João Silvestre, a requalificaçao da escola de Santa Clara, a requalificação do Convento, do Mercado Municipal, do Bairro 25 de Abril e do Centro Histórico, bem como a construção dos armazéns da Câmara e parque de viaturas, caso se mantenham os financiamentos previstos.----------

Referindo-se à politica cultural, realçou a manutenção de quase todos os eventos culturais que anualmente se vêm realizando desde 2001, como resposta à procura e à imagem que se pretende para o concelho, na esfera turistica, apesar da redução substancial de verbas para cada uma das acções a que o Executivo teve de proceder.----------

No caso das politicas sociais, salientou os apoios ao longo dos anos no ambito do cartão Almodovar-solidário e das politicas de Educação que, por enquanto, se têm mostrado suficientes, e para as quais espera que o Executivo mantenha como preocupação importante e reforce as verbas se as consequências da crise em que o país se encontra o vier a exigir Referiu-se, por isso, à sensibilidade demonstrada pelo Executivo no âmbito da politica de comparticipação dos medicamentosque se deve manter ou reforçar, em beneficio sobretudo dos mais pobres e mais idosos. ----------

Destacou também a criação do **Fundo Municipal de emergência Social,** dotado desde já, com uma verba de 30 mil euros, mas que poderá ser aumentado se tal se revelar indispensável para dar resposta aos fins para que foi criado.----------

Sobre a situação financeira, quis realçar a capacidade de endividamento da Câmara para 2011, em mais de 2 milhões de euros, o que mostra que os indicadores financeiros e de gestão do nosso município são dos melhores no Alentejo, apesar dos sucessivos cortes feitos pelo Governo aos municipios. Acresce a isto que, mesmo assim, se amortizou divida à banca no montante de cerca de 300 mil euros. ----------

Salientou ainda a excelente colaboração da Câmara com todas as Juntas de Freguesia, dando-lhes os meios possiveis para que também elas possam fazer o seu trabalho, através dos protocolos e de outras medidas e projectos comuns, mesmo apesar dos cortes efectuados pelos Governos nas transferências para as autarquias.----------

Mod. 752 (Esp.) – Original-Água

Finalmente, expressou que, por tudo o que referiu, o Grupo Municipal do PSD estava em sintonia com as politicas do Executivo para 2011, em beneficio das populações do concelho, pelo que podia contar com o seu apoio e colaboração total, para alcançar as metas traçadas no Orçamento----------

O **Sr. António Guerreiro (BE)** interveio, para referir que, apenas fez uma ligeira análise aos documento em apreço, mas que iria votar contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011, entre outras razões, pela não existência dos Encontros com a População e pela forma deficiente como o Orçamento Participativo foi implementado.Disse também que aquela posição é reforçada pelo facto de as propostas do seu Partido não terem sido incluidas no orçamento, nomeadamente, o estudo de viabilidade da criação de um lagar municipal,nas suas várias componentes, nomeadamente culturais e económicas e a criação de uma taxa municipal de utilizaçaõ da via pública pelas caixas ATM----------

O **Sr. Silvino Romana (PSD)** interveio para referir a posição do Partido Socialista que, no ano passado disse que o orçamento era pequeno e este ano diz que éé elevado. A seu ver acha que o documento é realista e exequível, salientando os cortes efectuados na área da Cultura, que em alguns casos vão até aos 50%, sendo o Orçamento possível para não desvirtuar a acção da Câmara, pelo menos na área social. ----------

Terminou solicitando aos membros do Partido Socialista que apresentassem propostas mais válidas, que não veria qualquer problema em as votar favoravelmente. ----------

A Dr.ª **Dina Cavaco,** 1ª secetária da Mesa, pediu a palavra para, na sua qualidade de membro da Assembleia (**PSD),** se pronunciar sobre as questões sociais no concelho e as graves carências que se podem vir a verificar, mencionando a necessidade de os municípios intervirem cada vez mais nesta área e para destacar o Município de Almodôvar como um exemplo de boas práticas nessa matéria.----------

Antes disso, mencionou o ano 2010, que assinala o **Ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social,** procurando sensibilizar as comunidades a nível global para o combate a este flagelo que atinge elevada percentagem da população europeia. Isto num ano em que a situação económica e social do nosso pais, levará certamente a um aumento da pobreza e da exclusão social, quer por via do aumento do desemprego, quer por via do corte nas políticas sociais, quer ainda pelo aumento do custo de vida. Neste sentido, as mudanças nas prestações sociais e os cortes anunciados não deixarão de agravar ainda mais o risco e a pobreza em Portugal, onde os grupos sociais mais vulneráveis são sem margem dúvida as crianças, os idosos e os desempregados.----------

Desde 2002, que o Executivo de Almodôvar, tem vindo a demonstrar grande sensibilidade e sentido de responsabilidade por esta camada da

3	89
Livro	Folhas

população, sem descurar políticas de desenvolvimento global e sustentável, dando prioridade ao investimento em infra-estruturas básicas e em equipamentos que melhoram a qualidade de vida da população, bem como acções na área da Educação e o Desenvolvimento Económico.

Salientou em seguida as principais dessas medidas como a o apoio escolar, em que se dispenderam com apoios às crianças mais de 28 mil euros em dois anos, as bolsas de estudo, com um investimento que já ultrapassa os 170 mil euros, o incentivo à natalidade que em dois anos já atribuiu mais de 143 mil euros, tendo os nascimentos aumentado de 36 para 55, o apoio habitacional para melhoramento da habitação, que já ultrapassou, desde o seu inicio, os 440 mil euros e o cartão Almodôvar +Solidário (cartão do idoso) que soma mais de 220 mil euros, apoiando mais de 1175 idosos, a que se acrescentam outros apoios como o ecoponto solidário, a comissão de idosos e as ajudas técnicas. ----------

Finalmente, focou a criação de um fundo municipal de emergência social neste Orçamento, que demonstra ainda melhor a clara preocupação com a área social co o qual se pretende responder a situações graves de carência social, decorrentes da actual crise económica e financeira do país, tendo sido dotado com uma verba de 30mil €. Por todos os motivos apresentados reforçou a sua posição de voto favorável à aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento 2011. ----------

O **Sr. Presidente da Assembleia** utilizou também a palavra para se pronunciar sobre as políticas sociais implicitas neste orçamento e a situação social no concelho, afirmando que as medidas propostas pela Câmara são justas e sérias para ajudar a enfrentar as dificuldades que possam surgir nos próximos anos, as quais poderão atingir não só os mais idosos e carenciados, mas estratos da populaçao activa das classes médias, agravando-se a situação a partir de Janeiro próximo. Depara-se ao país a perspectiva de uma recessão económica, a juntar à estagnação em que a economia tem vivido, levando ao encerramento de muitas empresas sobretudo pequenas e médias, com o lançamento de novos trabalhadores no desemprego. Muitas destas pessoas, com familias e filhos a cargo e em idade escolar, vão confrontar-se pela primeira vez com a falta de meios financeiros, dividas para pagar, prestações ao banco em falta, para as quais deixaram de ter capacidade de pagamento, e mesmo com situações de pobreza, que poderão levar mesmo à desestruturação do núcleo familiar.----------

Numa situação como esta e sobretudo no interior do país, adiantou que os municipios são geralmente a primeira porta a que os cidadãos vão bater, procurando trabalho e outros apoios, pelo que os Executivos vão ter que estar preparados para tomar decisões e fazer face à nova realidade. E aos municipios juntam-se as instituiçoes de apoio social, a Igreja e as suas organizações bem como um dever de solidariedade de toda a sociedade.----

Mod. 752 (Esp.) – Grafitud-Águeda

Por tudo isto, louvou as preocupações da Câmara com as politicas sociais e a inclusão neste Orçamento de um **Fundo Municipal de Emergência Social**, num primeiro momento dotado com uma verba de trinta mil euros, mas que acredita que será reforçada até onde for possível, se tal se mostrar necessário, Fundo que pelas intervenções nesta Assembleia já efectuadas merece o apoio do PSD e do PS.----------

Disse, em seguida, que no entanto, não bastava a criação do Fundo ou das politicas sociais da Câmara, e que era necessário que a comunidade tomasse consciência da situação e se envolvesse nesta luta, que não diz respeito apenas a autarcas e politicos mas aos cidadãos em geral, devendo ser obrigação de todos dar um pouco à sociedade em beneficio dos mais pobres, reforçando o papel das associações,a intervenção social e a participação cívica nas suas actividades. Nesse sentido, pareceu-lhe que era essencial juntar a Câmara, as associações que no concelho trabalham nesta área, a Igreja, as IPSS como a Casa do Povo de S. Barnabé, a Misericórdia e o Centro de apoio social de Santa Clara e outras, para analisar este assunto e preparar respostas atempadas.----------

Ainda neste âmbito das politicas sociais, referiu-se a uma proposta do PS, já apresentada em anos anteriores, que é a de criação pela Câmara de um Centro de Convivio para os idosos, na vila, parecendo-lhe que não deve ser esse o caminho a seguir para alcançar tal objectivo.Sendo uma ideia que lhe parece justa,entende, no entanto, que não é à Câmara que cabe a instalar esse Centro, pois não tem vocação para isso nem para a sua gestão, mas sim aos cidadãos que, sentido a sua falta, devem tomar a iniciativa em suas mãos, fundar uma associação, elaborar estatutos, definir objectivos, e dar ideias para um projecto, angariação de fundos e procura de instalações. Depois, naturalmente a Câmara dará todo o apoio e ajuda para que a obra nasça e se faça. Existem nesta área, os interessantes exemplos da Associação "Sonho e Verdade" em Gomes Aires que está a lutar por um objectivo até mais ambicioso, ou a Associação de S.Gabriel em Santa Cruz, devendo ser este o caminho a seguir em outras localidades.----------

Terminou a intervenção, referindo mais uma vez o apoio que deve ser dado à Câmara na implementação das suas políticas sociais, que é unânime por parte da Assembleia, bem como a participação cívica de cidadãos empenhados, numa perspectiva de solidariedade, em benefício daqueles que venham a necessitar de ajuda.----------

O **Sr. Presidente da Câmara** respondendo ao Sr. José Brites sobre a construção do **Parque de viaturas e Armazém da Câmara** no loteamento industrial e sobre a correspondente afectação de verbas no PPI, disse que sendo este um projecto a desenvolver ao longo de alguns anos, muitas vezes não corre como planeado tornando-se necessário ajustar as verbas.Acrescentou que a obra já está adjudicada, e que é de grande necessidade para o bom funcionamento da Câmara Municipal, a qual irá melhorar o aproveitamento dos seus recursos humanos e materiais, devendo

8	91
Livro	Folhas

a mesma concretizar-se em 2011 e 2012, num investimento de cerca de 800 000 €. Disse ainda que esta obra já deveria estar concluída, mas que houve que definir prioridades e obviamente que as prioridades de uns podem sempre ser questionadas por outros. ----------

Sobre a **escola do Rosário** disse que a Carta Educativa do Concelho apontava para a requalificação de dez escolas, mas face à evolução registada até este momento o objectivo será obter financiamento para a requalificação de apenas cinco. Três já estão requalificadas, faltando as de Santa Clara e do Rosário.Para estas não se obteve ainda um parecer positivo da Direcção Regional de Educação do Alentejo, que permita beneficiar de financiamento comunitário, devendo a sua requalificação atingir cerca de um milhão de euros. Sem o financiamento comunitário, que se estima em cerca de 60% daquele montante, será difícil a Câmara realizar um investimento tão avultado, pelo menos no imediato. Em Agosto de 2009 o parecer foi negativo e houve que reformular os projectos. Neste momento, vai-se avançar com as obras na escola de Santa Clara, mesmo sem a garantia de financiamento, analisando-se mais tarde as obras na escola do Rosário.----------

Sobre a **revisão do PDM** disse que é um processo que irá ser iniciado o mais breve possível e que foi protelado porque estava dependente da aprovação do PROT Alentejo, que entretanto já foi aprovado, estando-se agora numa fase transitória relacionada com a adaptação do actual PDM ao PROT Alentejo. Feito isso, iniciar-se-á o processo de revisão com a elaboração de um diagnóstico relativo ao funcionamento do actual PDM, no decorrer dos últimos 10 anos, aferindo dos seus pontos fracos e fortes, a partir do qual será elaborado um caderno de encargos para que a revisão seja adjudicada a uma empresa da especialidade. Terá também de ser nomeada uma comissão de acompanhamento do PDM, englobando diversas entidades da Administração do Estado, envolvendo-se ainda a Assembleia Municipal no acompanhamento da sua elaboração. ----------

O **Sr. Presidente da Câmara** disse ainda, relativamente ao Orçamento para 2011, que algumas rubricas irão ser reforçadas em sede da 1.ª revisão Orçamental, que acontecerá em Abril, resultante da aplicação do saldo de 2010, que provavelmente ultrapassará um milhão de euros e servirá para reforçar as rubricas que se entenderem mais adequadas. ----------

Ainda sobre a questão levantadas pelo Sr. José Brites (PS) relativa ao **Parque de Campismo** disse que neste momento o projecto está concluído, que o mesmo se integra no programa PROVERE do qual a Câmara de Almodôvar é líder, mas que há que encontrar os meios para o seu financiamento. Referiu que na consulta efectuada através do Orçamento Participativo foi um dos projectos considerados como prioritários. Entre os seis apresentados para apreciação foi o escolhido em 2.º lugar, logo a seguir à Ampliação e Remodelação do pavilhão Gimnodesportivo, pelo que durante o ano de 2011 se procurará avançar com as obras. ----------

Mod. 752 (Esp.) – Graffinal-Águeda

Quanto à questão da **sinalização** no concelho disse que a Câmara tem uma verba para o efeito, que pode ser para sinalização de trânsito, informativa ou de identificação. Quanto à postura de trânsito, no entender do Executivo, pelo menos, para já não lhe parece ser necessária a sua revisão. -

Sobre a **Electrificação Rural**, o Sr. Presidente da Câmara disse que neste momento o concelho já tem uma elevada percentagem de cobertura por esse serviço, que no ano de 2010 foram resolvidos mais alguns casos, politica que prosseguirá no ano de 2011. Actualmente, tratando-se sobretudo de montes isolados com essa necessidade, a situação é mais difícil, pois para cada um deles é necessário um Posto de Transformação, pelo que a Câmara está a solicitar aos requerentes algum compromisso financeiro, já que é bastante oneroso para a Câmara suportar sozinha todo o investimento. ----------

Sobre o **Cineteatro** disse que irá ser remodelado, e que existem dois projectos distintos: um de consolidação da estrutura que está pronto para avançar, e outro de requalificação das instalações. Quando as obras se iniciarem, ainda em 2011, deverão ser concluídas no mais breve prazo.-------

Também o projecto de requalificação do interior do **Mercado Municipal** está concluido, para poder oferecer as melhores condições ao exercício da actividade comercial, obra que também se pretende dure o menos tempo possível, por forma a não prejudicar nem os vendedores, nem os clientes.----

Relativamente ao **Fórum Cultural** e à recuperação do **Convento** da Nossa Senhora da Conceição, disse que o projecto já está em fase de concurso, que de momento se está a responder às dúvidas dos empreiteiros, e que no dia 2 de Janeiro terminará o prazo para entrega das propostas, ao que se seguirá a análise das mesmas e a respectiva adjudicação da obra. Sendo uma obra de alguma complexidade foi considerada como plurianual com conclusão prevista para 2012. ----------

Quanto às questões levantadas pelo Sr. José Lança (PS) sobre o **Plano Plurianual de Investimentos** disse que quando se assinalam obras com uma pequena afectação de verbas o que se pretende é dar uma indicação dos objectivos do Executivo, pois são obras que têm um horizonte temporal para a sua conclusão de dois anos ou mais.----------

Sobre a **estratégia de desenvolvimento para o concelho** disse que tem sido delineada com a participação da sociedade civil e que visa o desenvolvimento do mundo rural, o aproveitamento dos nossos produtos endógenos e de outras potencialidades relacionadas com o património nas diversas vertentes, o turismo, já atrás mencionadas. E acrescentou que esta estratégia, lhe parece acertada, e que não é uma estratégia fechada, pois pode haver outros projectos e investimentos do exterior, e que se isso acontecer serão bem vindos.. Quanto aos resultados, eles não são imediatos, levam anos a surgir, mas verifica-se já alguma evolução, nomeadamente na área do medronho e do mel. Ligado com tudo isto verifica-se também uma evolução bastante interessante na área do turismo rural, onde há investimento com algumas unidades a funcionar e várias intenções

de investimento em curso, o que denota algum dinamismo da parte dos empresários.Referiu a propósito os pojectos do monte Góis, do Cerro do Seixo e outros no sector cinegético, candidatados e aprovados no âmbito do PRODER. ----------

Disse o **Presidente da Câmara** que, no entanto, devemos ser realistas e perceber que o Concelho de Almodôvar não irá recuperar a população que tinha há trinta ou quarenta anos atrás, que era de 15 ou 16 mil pessoas, mas que podemos e devemos procurar a travar a desertificação e aumentar a população e que seria razoável esperar no futuro atingir 0s nove ou dez mil habitantes. ----------

Sobre as sugestões apresentadas pelo Partido Socialista, no âmbito do estatuto do direito de oposição, referiu as apresentadas na **área social**, as quais vêm ao encontro do que são também as preocupações do Executivo, dada a conjuntura que se vive e que se espera para 2011, mas que a resposta tem de estar em consonância com os recursos disponiveis.Nesse sentido, e comentando a intervenção do Sr. Presidente da Assembleia, quando expressou a sua opinião em relação à criação de um Centro de Convivio em Almodôvar, disse que a sua opinião ia de encontro à apresentada e que deveria ser a sociedade civil a dar sinais de interesse por tal objectivo, centrando-se a intervenção da Câmara no apoio, em parceria, com outras instituições. ----------

Finalmente respondendo à questão sobre a **ETAR** de Almodôvar, mencionou que se trata de um investimento muito grande e que irá ser feito na sequência da parceria entre os vinte e dois municipios do Alentejo e a empresa pública AdP-Aguas de Portugal, ao abrigo da qual foi criada a empresa AGDA-Águas Publicas do Alentejo, a qual vai assumir já em Janeiro a gestão daqueles equipamentos, bem como do **abastecimento de água** em alta no concelho. Nesse sentido, foi elaborado um projecto para a remodelação daquela ETAR , tendo sido comunicado à Câmara que o mesmo iria ser posto a concurso a todo o momento. È uma obra prioritária no conjunto dos investimentos a efectuar no concelho de Almodôvar e que a obra avançará em 2011, devendo estar concluida e a funcionar, o mais tardar, em meados do ano de 2012. Nesta área, há ainda o problema das duas ETAR's de Santa Clara que vão ser juntas numa só. ----------

Quanto ao abastecimento de água, esclareceu que é também prioritária a resolução dos problemas surgidos com a qualidade da água no Rosário e em A-do-Neves, cujas análises têm apresentado alguns parâmetros menos favoráveis com origem desconhecida, devendo o abastecimento processar-se a partir da estação de Moinhos de Vento.----------

Pronunciando-se sobre a declaração do BE sobre esta matéria, afirmou não comungar das preocupações apresentadas pelo membro **António José Guerreiro**, já que a parceria atrás referida, em que o municipio de Almodôvar se integra, é constituida por capitais próprios inteiramente públicos, tratando-se de uma parceria público-pública, e não de um sistema multimunicipal, nem

Mod. 752 (Esp.) – Gráfica-Águeda

intermunicipal. No âmbito da parceria, estão presentes cláusulas de salvaguarda que acautelam a gestão privada do abastecimento de água às populações e a fixação dos preços, tendo havido nesta matéria uma grande preocupação e que quem ler o acordo chega essa conclusão. O objectivo desta parceria é o de fornecer água de maior qualidade às pessoas, o que irá também trazer mais encargos para o Município É que a água irá ser paga à saída do depósito, incluindo aquela que é perdida na rede, a um preço por m^3 de 50 a 60 cêntimos, enquanto actualmente se está a cobrar por m3, em média, cerca de vinte e poucos cêntimos. Esta diferença irá obrigar a um ajustamento nos preços da água, devendo a Câmara decidir sobre o custo social que pretende assumir, em especial para aqueles munícipes com menos recursos. Acrescentou ainda que é esta a questão que vale a pena discutir e analisar com profundidade. ----------

Sobre o problema do abastecimento de água em Évora, referido pelo membro do BE, esclareceu que isso nada tem a ver com o sistema em que Almodôvar se integra, pois trata-se de uma realidade diferente da nossa e num sistema em que o município de Évora é a sua espinha dorsal. E se o municipio mais importante falha, o sistema não aguenta e torna a situação insustentável, gerando saídas como a referida na intervenção, sem resolver os problemas existentes. ----------

O **Sr. Presidente da Assembleia**, finda esta intervenção, abriu um nova ronda de inscrições, começando por dar a palavra ao **Sr. José Lança**, que dando resposta ao Sr. Silvino Romana, disse estar na Assembleia para ajudar e não para contrariar, e como almodovarense residente e com filhos, tudo o que de bom for feito para o concelho naturalmente também será para si, mas que no entanto é da opinião que deveria haver mais e melhor troca de ideias. Continuou, dizendo que no ano passado se referiu a uma enorme actividade cultural prevista no Orçamento, e que este ano estava satisfeito com a diminuição nessa área, num ano de crise como este e em que a sua preocupação maior é com a área social, para a qual como também referiu o Presidente da Assembleia, será necessário o contributo de todos, nos tempos dificeis que vivemos.Referiu ainda a este propósito, a Associação dos Amigos de São Pedro como um bom exemplo, e disse que desde há algum tempo esta tem desenvolvido a sua acção na ajuda social, a qual recentemente substituíu as janelas e portas exteriores da casa paroquial, proporcionando maior conforto na mesma e que se esta associação for mais ajudada mais trabalho social poderá realizar.----------

A **Dr.ª Dina Cavaco** interveio novamente para, sobre a criação de um centro de convívio para idosos em Almodôvar, referir a inactividade em que se encontram a maior parte dos centros culturais um pouco por todo o concelho, num total de doze. Em que alguns realizam-se apenas actividades pontuais, pelo que seria bom que a comunidade se empenhasse mais na sua dinamização e encontrasse as valências mais adequadas para um

funcionamento mais alargado e que sirva a maior número de pessoas da localidade, pelo que não valerá a pena a a criação de outros centros se dpois não forem utilizados. ----------

O **Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz** interveio para expressar o seu sentido de voto favorável a este Orçamento que, no seu entender, é o mais justo possível atendendo à conjuntura. Disse que gostaria de ver algumas rubricas com verbas mais elevadas, particularmente os protocolos com as Juntas de Freguesia, mas disse também compreender os motivos pelos quais isso não foi possível. No entanto salientou a disponibilidade do Executivo da Câmara em colaborar com outros projectos que esporadicamente as Juntas possam apresentar, para além dos que venham a ser abrangidas pelos protocolos. ----------

Seguidamente, frisou a importância para a sua freguesia de algumas obras agendadas para 2011, nomeadamente a **pavimentação na Corte Figueira Mendonça, Almeijoafra e Monte João Silvestre,** contemplados neste Orçamento como prioritários. Elogiou ainda a política deste executivo a nível de acção social desde o inicio do seu 1º mandato e que na sua freguesia tem beneficiado imensas pessoas, quer a nível de comparticipação de medicamentos quer a nível de melhoramentos em habitações das familias de menores recursos ----------

O **Sr. Presidente da Câmara** pediu ainda a palavra para dar resposta a algumas das questões apresentadas pelo Sr. José Lança e que, por lapso, não fez na sua anterior intervenção. Sobre a requalificação do **Centro Histórico** da vila de Almodôvar disse que o projecto continua a ser desenvolvido não só para a substituiçao do pavimento e colocação de calçada, como para a substituição de todas as infra-estruturas enterradas.As srtérias abrangidas serão a Rua da Malpica, Praça da República, Rua do Afonso, Rua do Arco, Rua da Praça, Rua de Beja, Rua do Relógio e Travessa da Escondidinha.----------

Referindo à justificação do voto contra o Orçamento, que o membro do **BE** Sr. António José G. Martins irá efectuar disse que lhe pareceu muito diminuta.

Por não haver mais intervenções o **Sr. Presidente da Assembleia** colocou à votação as GOP e Orçamento para 2011, tendo sido **aprovados** por maioria com 17 votos a favor (16 do PSD e 1 do PS) e 6 contra (5 PS e 1 BE). ----------

O **Dr. António Espírito Santo (PS)** leu uma "declaração de voto Pessoal" em nome do Grupo Municipal do PS, em que declaram que votam contra este ponto da ordem do dia "por não concordarem com a ordem de prioridades dada no presente orçamento" (anexo VI). ----------

B.2. - APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO DOS PROTOCOLOS A CELEBRAR COM AS JUNTAS DE FREGUESIA (ANEXO VII); ----------

Mod. 752 (Esp.) – Grafitoni-Águeda

Convidado a explicar a presente proposta o **Sr. Presidente da Câmara** disse que os actuais protocolos são idênticos aos aprovados no ano anterior.

O **Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Almodôvar** falando em representação dos Presidentes de Junta disse que por compreenderem os motivos da redução no montante dos protocolos em 24% face aos de 2010, os iriam votar a favor. ----------

O **Sr. José Lança (PS)** também manifestou a sua compreensão perante os cortes propostos nestes protocolos em virtude da diminuição das receitas porparte das autarquias. ----------

O **Sr. Silvino Romana (PSD)** interveio para lembrar o caso da Derrama da Somincor e o processo judicial em curso para a sua atribuiçao que se já estivesse resolvido, e o Municipio a beneficiar de tal imposto, com uma parte daquela Derrama, possivelmente haveria margem para prestar uma maior atenção a estes agora inevitáveis cortes. ----------

Por não haver mais intervenções o **Sr. Presidente da Assembleia** colocou à votação os Protocolos a celebrar com as Juntas de Freguesia, tendo sido **aprovados** por maioria com 17 votos a favor (16 PSD e 1 PS) e 6 votos contra (5 PS e 1 BE) ----------

B.3. - APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE O REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS E RESPECTIVO ORGANIGRAMA (ANEXO VIII); ----------

O **Sr. Presidente da Câmara**, fazendo uma apresentação do assunto, disse que se trata de dar cumprimento ao Decreto-Lei n.º 305/2009 que obriga as Câmaras Municipais a apresentarem até ao dia 31 de Dezembro uma reorganização dos serviços municipais. Acrescentou que, respeitando o Organigrama da Câmara e atendendo à estrutura organizativa e ao enquadramento legal existente, se introduziram algumas alterações não muito significativas, mantendo-se as quatro divisões actuais, Divisão de Administração e Finanças, Divisão de Obras Municipais Serviços Urbanos e Ambiente, Divisão de Ordenamento do Território e Gestão Urbanística e Divisão de Acção Social Educação e Cultura.----------

Foram também criados Gabinetes importantes, muito virados para a acção e com uma estrutura flexível, alguns já em funcionamento e preenchidos com técnicos, e outros a preencher no futuro. Trata-se do Gabinete de Comunicação e Imagem, do Gabinete de Protecção Civil, do Gabinete Técnico Florestal, do Gabinete de Saúde Pública e Veterinária, do Gabinete Jurídico, do Gabinete de Informática, do Gabinete de Auditoria, este tendo em atenção o Plano de Prevenção para Actos de Corrupção e Infracções Conexas, já aprovado na Assembleia, bem como a necessidade de se vir a efectuar auditorias internas nos serviços da Câmara, do Gabinete do Desporto e Juventude, com uma actividade muito relevante, do Gabinete de apoio ao Desenvolvimento Económico e Social e do Gabinete de Divulgação

e Promoção Turística e do Gabinete de Museografia, Arqueologia e Património Cultural. A criação destes últimos gabinetes justifica-se pelas potencialidades existentes no concelho e pela grande aceitação que tem tido o Museu da Escrita do Sudoeste a nível do estudo científico , que poderá ser também uma âncora para o desenvolvimento do concelho, a que se alia todo o património cultural, arquitectónico e religioso. Estas são também razões para as obras de recuperação do Convento destinado a Fórum Cultural. ----------

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Assembleia** colocou à votação a Organização dos Serviços Municipais e respectivo Organigrama o qual foi aprovado por **unanimidade**. ----------

B.4. - APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2011 (ANEXO IX); ----------

O **Sr. Presidente da Câmara**, apresentando o assunto, disse que com a publicação da Lei n.º12-A de 2009 e a consequente reorganização na área dos Recursos Humanos, foram extintos os Quadros de Pessoal das autarquias locais e criados em seu lugar os Mapas de Pessoal a apresentar à Assembleia Municipal, juntamente com as Grandes Opções do Plano e Orçamento. Trata-se de instrumentos previsionais, tanto para concretizar os objectivos a atingir em 2011, como para definir os correspondentes recursos humanos para lhe dar cumprimento. No caso em apreço o Mapa de Pessoal reflecte os recursos humanos que o Município tem em funções, nas diferentes categorias profissionais, bem como os lugares que se pretende preencher durante o ano, para alcamçar os os objectivosdo Orçamento. ------

Colocado à votação o **Mapa de Pessoal** para o ano de **2011** foi **aprovado** por maioria com 22 votos a favor e uma abstenção (BE). ----------

B.5. - APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO PDM DE ALMODÔVAR AO PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO ALENTEJO (ANEXO X); ----------

O **Sr. Presidente da Câmara** disse que em Agosto de 2010 foi aprovado um novo Plano de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA) que, nas suas normas obriga a que as incompatibilidades dos PDM's com esse Plano tenham de, num prazo de seis meses, ser alvo de adaptação e adequação ao novo Plano, prazo que terminou no passado dia 10 de Dezembro, estando suspensas desde esse dia as normas que contêm tais incompatibilidades.Para poder contornar esta situação tornou-se, por isso, necessário que a Assembleia Municipal aprove tal adaptação, para que o processo fique concluído e as normas entrem em vigor, depois de publicadas no Diário da República ----------

Referiu que o aspecto mais negativo resultante desta adaptação se relaciona com as novas construções em solo rural, seja na REN, sejas nas áreas agro-silvo-pastoril ou outras, o que constituirá mais um entrave ao

Mod. 752 (Esp.) – Ondfinal-Agueda

desenvolvimento da nossa região pois, segundo as novas regras, em propriedades rústicas com área até 4 hectares deixa de ser permitida a construção para habitação, sendo apenas possível construir equipamentos de apoio à agricultura. Por outro lado, nas propriedades com mais de 4 hectares, apenas se poderá construir para habitação a requerimento do proprietário e quando este tiver actividade agrícola como actividade principal. Estabelece ainda outras normas de construção como a área máxima e algumas condições técnicas. ----------

Imaginando que se esta situação se tivesse verificado há 8 ou 10 anos atrás, não teriam sido construídas muitas das edificações que actualmente existem em redor de Almodôvar. ----------

No fundo com o PROT a questão que se coloca é a do ordenamento urbano, pretendendo-se concentrar a construção, e diminuir os custos actuais com as infra-estruturas, o que a seu ver não lhe parecer ser argumento válido porque se é possível edificar, por exemplo, um armazém, também é necessário depois construir infra-estruturas como electrificação, caminhos, água, etc.. Para contornar um pouco esta situação o que lhe parece que será possível fazer é procurar rever o perímetro urbano das povoações do concelho por forma a permitir alguma construção, hipótese que carece de ser estudada, pelo que urge fazer a revisão do PDM. Através desta revisão podem minimizar-se alguns impactos, criando alguns perimetros urbanos em localidades que hoje não o têm, assunto que terá de ser estudado.Na área do turismo não existe qualquer constrangimento, pois há possibilidade de se construir equipamentos, turisticos como hotéis rurais ou turismo rural----------

Terminou dizendo que este é um plano do Governo que mereceu a oposição da maior parte das autarquias do Alentejo por considerarem que o plano trazia medidas excessivamente restritivas a uma região que necessita de desenvolvimento e que tem de combater a desertificação, pelo que vai no sentido oposto ao que a região necessita, mas este é um plano do Governo e não das autarquias e sendo assim vai ter que ser aprovado e cumprido. -------

O **Sr. José Lança (PS)** interveio para dizer que concorda com a posição do Sr. Presidente da Câmara uma vez que esta directiva prejudica o Concelho e particularmente a vila que é rodeada de muitas pequenas parcelas e consequentemente vai afectar o desenvolvimento da habitação em Almodôvar, pecando ainda por já existirem habitações servidas por infra-estruturas e ao lado, sem grandes custos, poder-se-iam servir outras habitações. Disse ainda que compreendia o princípio subjacente a esta política que reside no facto de se reduzir a dispersão para evitar custos com infra-estruturas. ----------

O **Sr. Presidente da Câmara**, a solicitação do Sr. José da Lança, reafirmou ainda que a alteração do perímetro urbano poderia ser uma maneira de contornar a situação criada, mas que a mesma envolve várias entidades do Estado e carece de pareceres que não dependem da Câmara,

8	99
Livro	Folhas

pelo que não será de aprovação fácil. Disse depois que em Almodôvar têm sido aprovados loteamentos novos ao redor da vila, com novas infra-estruturas, enquanto que o centro da vila tem sido abandonado, havendo actualmente muitas casas devolutas e até degradadas, pelo que as políticas a desenvolver devem ser direccionadas para a recuperação do parque habitacional existente, e não o seu abandono e construção nova fora do perímetro urbano. Quanto à questão turística não haverá problemas porque a percentagem de construção permitida é suficiente para a realização dos projectos de investimento em estudo.----------

Lembrou finalmente que existe uma norma transitória deste PROTA que refere que todos os projectos ou pedidos de informação prévia aprovados até ao dia 10 de Dezembro constituem direitos adquiridos que as pessoas podem utilizar até ao prazo de um ano. ----------

O **Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz** usando da palavra manifestou alguma indignação perante o que chamou de insensibilidade das autoridades do nosso país, e que as novas regras serão mais um convite para a desertificação, com base no falso argumento da poupança, pois não concorda que um proprietário não possa construir na sua terra, já que o mesmo poderá ser responsabilizado pelo pagamento das infra-estruturas necessárias à construção pretendida. ----------

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** colocou a **adaptação do PDM** de Almodôvar ao **PROT Alentejo**, a qual foi aprovada por **unanimidade**. ----------

B.6. - APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A DESAFECTAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL (ANEXO XI); ----------

O **Sr. Presidente da Câmara** informou que a parcela de terreno em causa a desafectar do dominio público se situa na confluência da Rua do Cerro do Nodre com a Travessa do Padre Mestre, desenvolvendo-se paralelamente a esta última e adjacente à casa dos proprietários que manifestaram interesse na sua aquisição. Para se efectuar a alienação, a parcela tem de passar do domínio público para o domínio privado municipal. Referiu ainda que ficando a localização da parcela na Travessa em questão, a qual é uma via muito estreita que termina junto ao final da Rua de Beja, a sua eventual alienação inviabilizará que no futuro se possa proceder ao seu alargamento ----------

O **Sr. José Lança(PS)** disse que, sem querer dificultar a alienação, se deverá analisar o assunto numa perspectiva de futuro e em função da possibilidade de alargamento da Travessa que é bastante estreita. ----------

O **Sr. Duarte Rodrigues (PSD)** disse que, mesmo não estando para já prevista qualquer intervenção na Travessa, a venda da parcela de terreno impossibilita o seu futuro alargamento, o que por si só é razão suficiente para inviabilizar a venda. ----------

Mod. 752 (Esp.) – Grafind-Águeda

O **Sr. José Lança** manifestou vontade em adiar a decisão para uma sessão futura para poder analisar o assunto com mais informação. ----------

O **Sr. Presidente da Assembleia** respondeu que seria possível adiar a votação, mas em virtude de haver uma proposta da Câmara para deliberação terá de a submeter à votação, a menos que seja retirada da Mesa ou a maioria dos membros manifeste vontade no adiamento. ----------

O **Sr. José Lança** disse que a sua bancada não estaria em posição de decidir já ----------

O **Sr. Duarte Rodrigues** disse que não havia grandes dúvidas em relação a esta matéria e que a sua bancada estava em condições de votar a proposta. ----------

O **Sr. Fernando Romba (PS)** colocou a hipótese de se vender apenas uma parte da parcela, deixando a restante para o alargamento da rua. --------

O **Sr. Presidente da Câmara** disse que a questão do eventual alargamento da rua, no futuro, é uma questão pertinente e pode vir a acontecer, mas que no entanto, não está prevista para já. Se a Assembleia decidir pela alienação o assunto fica arrumado e o alargamento nunca mais poderá verificar-se, pois ele depende daquela parcela ou, pelo menos, de uma parte substancial da mesma. Disse ainda que havia que tomar uma decisão para se poder dar uma resposta à requerente.----------

Colocada à votação a **proposta de alienação de uma parcela de terreno do domínio público municipal para o domínio privado foi rejeitada por maioria** com 18 votos a favor (16 PSD e 2 PS) e 5 abstenções (4 PS e 1 BE).

B.7 - DESIGNAÇÃO PELA ASSEMBLEIA DE UM MEMBRO PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO; ----------

O **Sr. Presidente da Assembleia** informou do pedido de renúncia apresentado pela Dr.ª Maria Augusta Fernandes M. Silva uma dos quatro cidadãos indicados pela Assembleia Municipal para fazer parte da Comissão Alargada daquele órgão, pelo que se tornou necessário indigitar outro cidadão para preencher o lugar vago. Efectuadas algumas diligências junto dos Grupos Municipais foi convidada para integrar a comissão a Sr.ª **Dr.ª Maria Fernanda Belchior Caetano Guerreiro** que aceitou a incumbência, tratando-se de uma cidadã competente na área em questão, e cujo nome é consensual, pelo que submetia à Assembleia a sua designação para a CPCJ, com o que a mesma concordou. ----------

B.8 - ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; ----------

8	101
Livro	Folhas

O **Sr. Presidente da Assembleia** explicou que nos termos da legislação em vigor deve integrar o Conselho Municipal de Educação um Presidente de Junta de Freguesia, o qual para este mandato ainda não foi eleito. Nesse sentido solicitou à Assembleia que apresentasse nomes para se proceder à respectiva eleição. ----------

O **Sr. José Lança** disse que o único Presidente de Junta do PS não está disponível para esse cargo e que indicava o nome do Presidente de Junta da Freguesia de Almodôvar por ser a sede do concelho. ----------

O **Sr. Duarte Rodrigues** disse estar de acordo, tanto pelo motivo indicado como pela proximidade e disponibilidade do Presidente de Junta. ----------

Efectuada a votação por escrutínio secreto foi **eleito** o **Sr. Ricardo Colaço**, Presidente da Junta de Freguesia de Almodôvar, com 19 votos a favor e 4 votos em branco. ----------

B.9. – APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVA ÀS ACTIVIDADES MUNICIPAIS MAIS RELEVANTES E SITUAÇÃO FINANCEIRA (ANEXO XII); ----------

O **Dr. António Espírito Santo (PS)** intervindo mencionou a questão levantada na anterior sessão da Assembleia Municipal relacionada com o nome de Ponte Romana, que dá nome a uma rua, ponte que afinal segundo o IGESPAR é uma Ponte Medieval. Disse que há na vila outros casos semelhantes como o da Rua da Escola Secundária, que agora se chama Escola EB23 Dr. João de Brito Camacho. Por esse facto e ainda por haver nome de ruas em Almodôvar com o nome de A, B ou C, sugeriu a criação de uma comissão de toponímia com a finalidade de redenominar tais ruas, comissão essa que seria composta por representantes das diversas forças partidárias representadas na Assembleia.----------

O **Sr. José Lança (PS)** inquiriu o Sr. Presidente da Câmara sobre a rampa no Loteamento da Cerca do Convento e referiu também que alguns munícipes o informaram de cortes na iluminação do campo de futebol do Rosário o que prejudica, como é óbvio, a prática de desporto no local. ----------

Sobre o expediente da Assembleia, há referência a uma carta do munícipe Sr. Sr. Manuel Colaço, sobre a criação de u m gabinete de resposta aos municipes e que gostaria que o Sr. Presidente se referisse a ela.----------

O **Sr. José Brites (PS)** perguntou para quando estará previsto o arranjo do troço pedonal entre a estação de serviço e as piscinas municipais. ----------

O **Sr. Duarte Rodrigues (PSD)** perguntou sobre a data prevista para abertura ao público da nova casa mortuária de Almodôvar. ----------

A **Dr.ª Noémia Pinheiro (PS)** quis saber quando é que os contentores subterrâneos para recolha de lixo começariam a ser utilizados. ----------

Mod. 752 (Esp.) – Grafinal-Águeda

O **Dr. António Espírito Santo** interveio novamente para louvar o excelente trabalho desenvolvido nas piscinas municipais que agora têm uma grande aceitação e um número de utentes que justificam aquele complexo. Porém levantou algumas questões relacionadas com a utilização dos balneários, nos casos em que são utilizados por crianças, mesmo que acompanhadas dos pais. ----------

O **Sr. Presidente da Assembleia,** antes de dar a palavra ao Presidente da Câmara, afirmou estar de acordo com a criação de uma comissão para a revisão da toponímia na vila de Almodôvar, que é um assunto que deve ser efectivamente estudado e tem sido falado desde há vários anos, aproveitando-se para efectuar propostas de a atribuição de nomes a ruas que o não têm condignamente, ou alterar o nome onde tal se justificar, e dessa forma também homenagear personalidades e acontecimentos relevantes, uma vez que há algum vazio nesta matéria,mencionando alguns casos existentes na vila.----------

Esclareceu também que a alteração do nome das ruas no concelho é uma competência da Câmara Municipal, mas tal não inviabiliza que se crie uma comissão para trabalhar neste assunto, comissão essa que poderá ser composta por representantes dos três partidos com representação na Assembleia Municipal, da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, a qual apresentará as suas conclusões ao Executivo.----------

O **Sr. Presidente da Câmara** começou por responder à questão da Dr.ª Noémia Pinheiro colocada no início da sessão sobre as instalações das **aulas de música,** dizendo que registava tais preocupações as quais já foram também colocadas pelo professor, e que as instalações iriam ser melhoradas. ----------

Sobre a questão da **toponímia** disse não haver problema na criação da comissão, salientando, porém, que as mudanças no nome da rua obrigariam a que os munícipes tenham de alterar toda a sua documentação, com os incómodos que isso acarreta. ----------

Sobre a questão dos **balneários das piscinas**, disse que já fora colocada e que há uma preocupação com a privacidade dos utentes, embora não existam grandes alternativas, fazendo apelo ao bom senso de todos os utentes, incluindo os pais. Concordou, no entanto, que o assunto deve ser analisado, pois passou-se de uma situação de sub-utilização daquele equipamento, para uma utilização intensiva e que as orientações dadas são as de resolver os problemas aos munícipes e oferecer-lhes um serviço de qualidade. ----------

Sobre a **rampa no Loteamento da Cerca do Convento**, disse que está a ser construída na parte de trás do Convento e faz a ligação à rua descendente, onde havia uma escadaria, e que a rampa responde à obrigatoriedade da existência de condições de acessibilidade para todos os

munícipes. Mantém-se, porém, escadas atendendo ao comprimento da rampa para reduzir a inclinação. ----------

Sobre a **iluminação do campo de futebol** do Rosário, disse que tem havido alguns problemas a esse nível, o mesmo acontecendo em Almodôvar, o que se deve à substituição das lâmpadas dos projectores, tarefa que apresenta bastantes dificuldades aos electricistas do município. Tal serviço já foi entregue a uma empresa externa, a Electroplanície, a qual ainda não efectuou o serviço devido às condições climatéricas, mas que irá ser feito brevemente. ----------

Sobre a **carta do munícipe** Sr. Manuel Colaço S. Peres em que sugere a criação de um Gabinete do municipe disse que já lhe respondeu. Referiu que as questões que ele tem apresentado ao longo do tempo, são sempre muito meticulosas, que relevam do seu espirito observador, até pelas funções que dsempenhou na Câmara, questões que nem sempre é fácil entender, não se conformando ele com as respostas que lhe são dadas, insistindo continuadamente sobre as mesmas. Afirmou também que sempre se mostrou disponivel para o receber e para conversar com ele e o esclarecer até onde for possível e assim continuará a fazer ----------

Sobre a abertura da **casa mortuária**, disse que já está preparada para funcionar e que inclusive o Pároco procedeu a uma cerimónia religiosa no local----------

Sobre o **acesso pedonal às piscinas** a partir da estação de serviço disse tratar-se de uma obra que tem de ser feita, provavelmente não em 2011, porque tem de se obter a concordância com o Instituto de Estradas de Portugal. A ideia que existe é a de melhorar o acesso, fazendo uma intervenção de qualidade, com via para peões de um lado e uma ciclovia do outro lado ----------

Terminou a sua intervenção dizendo que os **ecopontos subterrâneos** estão prontos a entrar em funcionamento e isso só ainda não se verificou porque houve necessidade de adaptar um camião do Município com equipamento para fazer a recolha. Acrescentou que em 2011 está prevista a criação de mais 3 ecopontos deste tipo para recolha de resíduos. ----------

O **Sr. Presidente da Assembleia**, sobre a carta do Sr. Manuel Colaço Sebastião Peres, disse também tê-la recebido referindo ser difícil compreender em concreto o que se pretende, mas que lhe irá dar uma resposta. ----------

B.10. – APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA; ----------

O **Sr. Presidente da Mesa**, após a leitura das partes da minuta relativas às votações efectuadas nesta sessão colocou-a à votação, a qual foi **aprovada** por **unanimidade**. ----------

Mod. 752 (Esp.) – Gráfica Águeda

C – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA ----------

C.1. - INTERVENÇÃO DOS MUNÍCIPES (N.º 6, DO ART.º 84.º DA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO); ----------

Finda a ordem de trabalhos foi, nos termos do Regimento e do n.º 6, do art.º 84º da Lei n.º 5/A/2002, de 11 de Janeiro, dada a palavra à assistência o Munícipe José Hélder Peres Serrano, antigo funcionário da autarquia, pediu a palavra para desejar a todos os membros as Boas Festas, que o Sr. Presidente da Mesa antes de dar por encerrada a sessão também subscreveu, e desejando a todos um ano de 2011, com saúde, fraternidade e solidariedade, as palavras justas num ano que se afigura difícil.----------

FECHO: - Nada mais havendo a tratar, pelo Sr. **Presidente da Mesa** foi declarada encerrada a sessão n.º 09 do mandato 2009/2013 eram 00:18 horas do dia 18 de Dezembro de 2010. ----------

Para constar e fins consignados no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, se lavrou a presente acta da sessão, que depois de aprovada, vai ser assinada. ----------

NOTA SOBRE OS ANEXOS À ACTA: - Os anexos mencionados fazem parte integrante da acta. ----------

E eu, Manuel António Felisberto Francisco, Assistente Técnico, a secretariei, a redigi e subscrevo. ----------